



Home » Campo Grande » TCE puxa orelha de Adriane, fala em negligência e cobra explicações sobre a venda do Consórcio Guaicurus

CAMPO GRANDE

TCE puxa orelha de Adriane, fala em negligência e cobra explicações sobre a venda do Consórcio Guaicurus

 By Priscilla Peres — 29/07/2026 ⌚ 3 Mins Read

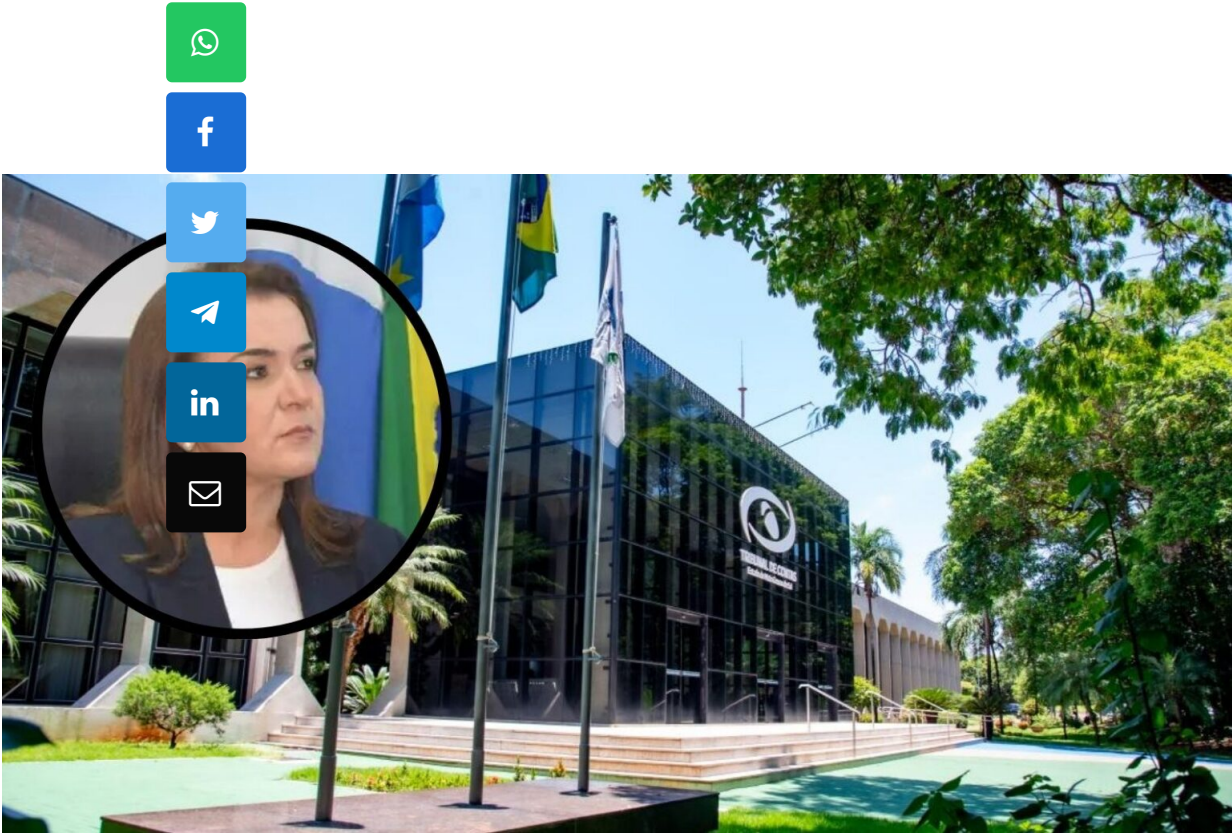
 Facebook

 Twitter

 WhatsApp

 Telegram





Adriane terá de dar explicações para o TCE (Foto: Divulgação)

O conselheiro do TCE-MS (Tribunal de Contas de MS) Waldir Neves, deu prazo de 10 dias para a prefeita Adriane Lopes (PP) dar explicações sobre a venda do Consórcio Guaicurus e sobre outros problemas não solucionados que envolvem o transporte público de Campo Grande. Ele também lembrou que a gestora deixou de cumprir várias obrigações assumidas.

O documento que começou a valer na sexta-feira (24), lembra que há seis anos foi firmado um ermo de Ajustamento de Gestão (TAG), para acompanhar a execução do contrato do Consórcio Guaicurus, mas que neste período o município deixou de cumprir várias exigências, mantendo a população em um serviço ruim.

As Últimas



Anvisa registra 5 novas canetas de semaglutida para tratar diabetes

BR — 29/07/2026 ⌚ 3 Mins Read



Ex-superintendente do Sebrae é cotado para primeiro suplente do Capitão Contar

MS — 29/07/2026 ⌚ 2 Mins Read



“Racismo foi reduzido a chamar alguém de macaco”, critica escritora

BR — 29/07/2026 ⌚ 3 Mins Read



Moraes dá 48 horas para Bolsonaro informar se autorizou vídeo com IA

BR — 29/07/2026 ⌚ 2 Mins Read

Leia mais:

CDL-CG critica Adriane Lopes em manifesto, fala em falha de gestão e fixação por tapa buracos

Adriane Lopes pagou R\$ 3,2 milhões em livros de editora investigada na Operação Gutenberg

Fala de Adriane Lopes sobre mulheres trans gera reação nacional e denúncia

O conselheiro também relatou preocupação em relação a informação dada por Adriane sobre a venda do Consórcio Guaicurus, sem detalhar as exigências feitas e principalmente, a posição da empresa interessada sobre os problemas amplamente conhecidos no transporte público da cidade.

“Diante desse panorama catastrófico, a notícia de que simplesmente houve a anuência da Prefeitura Municipal sobre a venda do Consórcio que presta o serviço, sem ter sido exigido pela Municipalidade da nova Empresa uma garantia com prazos e possível penalização para a regularização dos problemas existentes no serviço, não se apresenta razoável, nem mesmo aceitável, pois a gestão municipal responde diretamente por esta Corte de Contas sobre as omissões e danos causados ao patrimônio público e à população”, disse.

Também foi citado pelo conselheiro, situações que a prefeitura deixou de cumprir, como a implantação, modernização e manutenção dos abrigos de passageiros, na modalidade parceria público-privada (PPP).

“A negligência da prefeitura vai desde a sua inação na execução direta de ações eficazes decorrente da falta de cuidados com os abrigos, perpassando pela desídia na exigência, ao longo dos anos, de cobrar da Concessionária solução para resolver os problemas corriqueiros na prestação do serviço, como a superlotação dos ônibus, as goteiras internas nos veículos em dias de chuva, as janelas e bancos quebrados, os atrasos constantes, além da falta de conforto mínimo, sem nunca pleitear a instalação de ar condicionado nos veículos, deixando o transporte público da Capital se destacar negativamente, como um dos mais precários do país”, ressaltou Waldir Neves.

Ele notificou a prefeitura para que em 10 dias, apresente as respostas aos questionamentos feitos em cada cláusula não cumprida, indicando os prazos para solucionar os problemas do transporte público da capital, envolvendo as exigências feitas à nova concessionária e mesmo as ações internas no Município, para dar cumprimento às cláusulas.

adriane lopes

campo grande

consorcio guaicurus

tce

Tiro News

transporte publico